



Pesquisa Estatísticas do Registro Civil

Nota técnica 01/2020

Esclarecimentos sobre o Sub-Registro de Nascimentos

O sub-registro de nascimentos refere-se ao conjunto de nascimentos não registrados no mesmo ano de sua ocorrência ou no primeiro trimestre do ano subsequente. Esse indicador é importante para sinalizar quão distante o País está de cumprir com a exigência básica de reconhecer o recém-nascido como cidadão, e, conseqüentemente, fortalecer as ações de políticas públicas voltadas para o aumento de tais registros.

Por muitos anos, o sub-registro de nascimentos foi considerado alto no Brasil e esteve associado a fatores diversos, como: pobreza, exclusão social, distância entre o local de ocorrência do nascimento e o cartório, bem como aos custos incorridos para se efetivar o registro (OLIVEIRA; SIMÕES, 2004). Nesse período, o total de nascimentos do País era estimado por meio da aplicação de métodos demográficos indiretos, utilizando-se informações obtidas dos censos demográficos e de pesquisas amostrais domiciliares. O percentual de sub-registro era, então, calculado considerando-se a diferença, em termos relativos, entre o total de nascimentos estimados e aqueles efetivamente registrados anualmente, obtidos da pesquisa Estatísticas do Registro Civil, do IBGE.

Desde o final da década de 1990 e ao longo dos anos 2000, inúmeras campanhas e iniciativas governamentais para a erradicação do sub-registro foram implementadas, sendo a mais importante delas a determinação da gratuidade do registro de nascimento, que passou a vigorar em 1997 (Art. 30 da Lei n. 9.534, de 10.12.1997). Essas ações tiveram impacto real no aumento da cobertura de tais registros. Análises recentes feitas pelo IBGE, com base na série histórica de registros de nascimentos captados pela pesquisa Estatísticas do Registro Civil, bem como nas informações sobre notificações de nascimentos ocorridos, auferidas pelo Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC, do Ministério da Saúde, apontaram melhoria paulatina da cobertura do registro civil de nascimentos no Brasil desde 2000. A convergência do número total de nascimentos das duas bases de dados, a partir de meados da década de 2000, somada à redução dos registros tardios¹, na base do Registro Civil, evidenciam, assim, a melhora da cobertura do registro de nascimentos, guardadas as diferenças regionais. Além da melhoria dessa cobertura, as análises mostraram,

¹ Nascimentos registrados a partir do quarto mês do ano subsequente ao ano de ocorrência do nascimento.

também, aprimoramento significativo da qualidade das informações contidas nas duas bases de dados.

Com o objetivo de captar a totalidade dos nascimentos ocorridos no País, o IBGE realizou o pareamento dessas duas bases de dados de nascimentos para o ano de 2015, sendo esse o primeiro procedimento para se observar a cobertura dos dois sistemas de informação (COSTA; TRINDADE; OLIVEIRA, 2018). Os resultados apontaram que 98,3% dos nascimentos registrados nos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, base da pesquisa do IBGE, foram encontrados na base do Ministério da Saúde, e que 96,9% das notificações do SINASC foram captadas na base do IBGE, atestando, dessa forma, a reduzida diferença de cobertura entre os dois sistemas (COSTA; TRINDADE; OLIVEIRA, 2018).

O IBGE tem avançado em estudos que vão além do pareamento das bases de registros vitais (nascimentos e óbitos), aplicando métodos de captura e recaptura que objetivam estimar a parcela dos eventos totais de nascimentos e óbitos no Brasil e, por conseguinte, o indicativo de sub-registro desses eventos vitais. Os resultados obtidos nos estudos preliminares, com dados de 2015, podem ser encontrados na publicação *Sistemas de estatísticas vitais no Brasil: avanços, perspectivas e desafios* (OLIVEIRA, 2018).

Com a melhoria da qualidade e a cobertura do registro de nascimentos se aproximando da quase totalidade de nascimentos ocorridos no País, o IBGE entendeu que não mais se justificaria a utilização de estimativas demográficas indiretas para o cálculo da estimativa do sub-registro de nascimentos. Sendo assim, com base nos estudos realizados, o Instituto passará a disponibilizar todo ano, concomitantemente à divulgação das informações da pesquisa Estatísticas do Registro Civil, o resultado do pareamento entre as duas bases de dados - do IBGE e do Ministério da Saúde -, fornecendo, assim, uma estimativa dos nascimentos totais ocorridos no País, bem como estimativas do sub-registro e da cobertura dos respectivos sistemas de informação. As estimativas de sub-registro levarão em consideração os nascimentos ocorridos e não registrados até o 1º trimestre do ano subsequente ao ano de nascimento, atendendo o prazo legal para efetivação de tal registro. Esse indicador estará associado a uma cobertura do Registro Civil, sem a incorporação dos registros tardios.

As estimativas a serem divulgadas serão defasadas em um ano em relação ao ano de referência da pesquisa divulgada, tendo em vista a necessidade de seguir o cronograma de disseminação dos dados do Ministério da Saúde.

Referências

COSTA, L. F. L.; TRINDADE, J. E. de O.; OLIVEIRA, A. T. R. de. Pareamento de dados das estatísticas do registro civil e das estatísticas vitais (sistema de informações sobre nascidos vivos e mortalidade) - 2015. *In*: OLIVEIRA, A. T. R. de. (org.). *Sistemas de estatísticas vitais no Brasil: avanços, perspectivas e desafios*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. p. 27-45. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, n. 7). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/21090-sistemas-de->

estatisticas-vitais-no-brasil-avancos-perspectivas-e-desafios.html?=&t=publicacoes. Acesso em: out. 2019.

OLIVEIRA, A. T. R. de. (org.). *Sistemas de estatísticas vitais no Brasil: avanços, perspectivas e desafios*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 70 p. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, n. 7). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/21090-sistemas-de-estatisticas-vitais-no-brasil-avancos-perspectivas-e-desafios.html?=&t=publicacoes>. Acesso em: out. 2019.

OLIVEIRA, A. T. R. de; SIMÕES, C. C. da S. *Identificação das áreas que apresentam precariedade na coleta dos sistemas e estatísticas vitais*. 45 p. Trabalho apresentado na 12ª Oficina de Trabalho Interagencial da Rede Interagencial de Informações para a Saúde - Ripsa, realizada em Brasília, DF, 2004. Título de capa: Perfil dos municípios com informações precárias sobre os eventos vitais. Disponível em: <http://www.ripsa.org.br/lildbi/docsonline/get.php?id=070>. Acesso em: out. 2019.

9 de dezembro de 2020

Diretoria de Pesquisas